

# Ensino do mapa

» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) convidou 15 pessoas para pensarem o futuro da educação no século 21. Fui uma delas. O livro publicado é atualmente usado como guia para reformas da educação de base em diversos países. Daí o incômodo ao ver que, na terceira década deste século, meu país apresenta uma modesta reforma para tirar nosso “ensino médio” do século 19 para o século 20 e, no lugar de avançarmos para a proposta de que o Brasil precisa, forças conservadoras tentam impedir essa modesta reforma.

O conservadorismo começa ao ignorar qual deve ser o propósito dessa etapa da educação de base para cada pessoa e para o Brasil. Ao manter o nome “ensino médio”, assume que seu papel é servir como degrau ou trampolim para o ensino superior, não como a etapa que prepara o jovem para a vida ao dar-lhe o mapa necessário para viver, usufruir e construir um mundo melhor e mais belo.

Na França, essa etapa recebe o nome liceu e seu último ano é considerado conclusivo; nos Estados Unidos, high school; na Alemanha, gymnasium; na Espanha, educação secundária obrigatória (ESO). Esse sequestro da educação de base pelo ensino superior é recente, para indicar a promessa de que todos devem ingressar na universidade. Promessa hipócrita em um país com 10% de seus adultos analfabetos, onde apenas metade dos alunos conclui a educação de base, destes, no máximo a metade com razoável qualidade,

e destes, apenas sua metade, da metade, da metade (12,5%) com formação para seguir um curso universitário com qualidade razoável.

A elite conservadora, que sempre viu a educação de base como o trampolim para seus filhos entrarem na universidade, aceitou, a contragosto, a proposta para criar um sistema compensatório com cotas, bolsas e financiamentos para auxiliar na disputa por vaga em uma universidade. Manteve-se o sistema educacional de base dividido entre escolas casa grande e escolas senzala, escolhendo alguns desses alunos para ascenderem, em geral, a centros universitários que não estão entre os de mais qualidade. Isso é coerente com a cultura nacional, que não privilegia o conhecimento, mas considera que cada pessoa tem direito a um diploma universitário.

Perdeu-se o propósito da educação de base para preparar todos os alunos à vida no mundo contemporâneo: falar e escrever bem o idioma português; ser fluente em pelo menos mais um dos idiomas usados internacionalmente; conhecer os fundamentos da matemática, ciências, geografia, história, artes; debater com competência os temas de filosofia, política, antropologia e sociologia relacionados aos principais temas do mundo moderno; saber usar as ferramentas digitais; dispor de pelo menos um ofício que permita emprego e renda; adquirir solidariedade com os vizinhos, com a humanidade e com a natureza; querer participar da construção de um mundo melhor e mais belo, com desenvolvimento sustentável; ser capaz de

obter educação continuada até o final da vida nestes tempos de incertezas e rápida mutação; se quiser, disputar vaga em curso superior de qualidade em condições iguais com todo brasileiro, independentemente da renda e do endereço.

Essa ideia de um “ensino do mapa” para todos exige abolir as escolas senzala, o que requer construir um Sistema Único Nacional Público de Educação de Base com qualidade máxima pelos padrões internacionais. Para tanto, é preciso haver uma consciência nacional pró-educação, pró-conhecimento, não apenas pró-diploma universitário. Essa é a dificuldade.

A elite conservadora não quer oferecer a mesma escola para todos; a elite progressista não coloca esse propósito em seus projetos eleitorais porque ela própria faz parte da classe social que estuda nas escolas casa grande, apartada dos pobres; e estes, por séculos de exclusão, não acreditam que seja possível escola com a mesma qualidade para todos, além de que seus interesses estão nas necessidades para a sobrevivência imediata, sem poder esperar os resultados da educação dos filhos. Falta um instinto nacional pró-educação de base com máxima qualidade para todos, daí uma reforma tardia e modesta é contestada. Nenhum partido e raros líderes políticos defendem uma educação conclusiva que ofereça a todo jovem brasileiro um mapa dos conhecimentos necessários para facilitar a busca individual e familiar da própria felicidade e orientar sua participação social e política na construção de um país melhor e mais belo.



## Os frutos da solidariedade

» PAULO DANTAS  
Governador de Alagoas

Não há tarefa mais urgente que o combate à fome e às desigualdades sociais com mecanismos eficientes para a geração de renda. O estudo mais recente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de dezembro de 2022, revelou que 4,2 milhões de brasileiros foram empurrados para a pobreza entre 2012 e 2021 e que o aprofundamento do fosso que separa ricos e pobres está no cerne do problema.

Acreditar que esse esforço se limita apenas aos programas de transferência de renda é um engano. Exige iniciativas criativas, reconhecidas mundialmente e amparadas em boas políticas públicas. A economia solidária, quando grupos se organizam para produzir e dividir os ganhos de forma igualitária entre seus participantes, é uma delas. São coletivos de agricultores familiares, catadores, artesãos e guias turísticos, entre dezenas de outros segmentos.

A atividade cooperada, um dos pilares desse modelo, já tem relevância significativa na economia global. Dados da International Cooperative Alliance (ICA) mostram que 12% das pessoas no mundo

estão ligadas a uma entre os mais de 3 milhões de cooperativas atuantes. São centenas de milhões de trabalhadores com oportunidades de sustento.

Em Alagoas, historicamente, temos índices sociais que nos fazem amargar posições gravíssimas nesse fosso social. Em vez de negar a realidade evidente e triste, o governo está agindo para interromper essa cronicidade. Uma das vias é, sim, pela implantação de programas de transferência de renda nacionalmente reconhecidos. O Programa Criança Alagoana (Cria) beneficia com R\$ 150 por mês gestantes e mães com filhos de até 6 anos — iniciativa agora replicada pelo governo Lula. Há ainda incentivos de R\$ 100 mensais para estudantes do ensino médio (Cartão Escola 10).

Mas o combate à pobreza pressupõe um conjunto de ações além da transferência de renda, e elas estão no campo criativo. Entendemos que, junto à política social, a indução da economia solidária é um motor eficiente. Temos mais de 300 cooperativas e um número ainda maior de associações que fomentam a economia solidária com sustentabilidade ambiental. Os exemplos vão desde as boas

técnicas de manejo na agricultura familiar — com mais eficiência para causar menos danos ao solo — até o trabalho feito por catadores de óleo, como os da Cooperóleo, uma cooperativa que retira toneladas do produto da turística Praia do Francês e do Rio São Francisco.

Estamos igualmente desafiados a estimular a inovação nesse segmento. Partilhamos conhecimento e aprofundamos a troca com cooperativados. Não à toa, Alagoas é protagonista e pioneiro no Brasil em iniciativas voltadas ao setor. Ficamos honrados pelo lugar de benchmark conferido por autoridades com grande conhecimento do tema, como o secretário nacional de Economia Solidária, Gilberto Carvalho.

Nosso maior reconhecimento, certamente, será alcançar cada vez mais resultados positivos na ponta. Queremos absorver experiências e colaborar para a maior abrangência desses modelos produtivos. A economia solidária é viável, sem volta no cenário das necessidades da vida real, e cada vez mais sustentável.

## Ópera-bufa

» CARLOS MARUN  
Advogado, foi ministro de Estado

O presidente Lula, desde o 2º turno da eleição, vem se referindo ao impeachment de Dilma Rousseff como um “golpe”. Agiu assim inclusive em reuniões realizadas com outros chefes de Estado na Argentina e no Uruguai. Isso provocou imensa contrariedade no presidente Michel Temer, que respondeu em tom elevado mas firme.

No dia 13/2, na solenidade de aniversário do PT, após afirmar que agora vai “governar do seu jeito”, voltou a se referir dessa forma ao afastamento de Dilma Rousseff do poder, no que foi seguido pelo Diretório Nacional do seu partido, que reafirmou isso em resolução do seu Diretório Nacional. Sim, o mesmo PT que apoiou o impeachment de Collor e apresentou dezenas de pedidos de afastamento de FHC.

Pois bem, o impeachment de Dilma Rousseff foi, como devem ser os impeachments, um processo jurídico-político pedido pelas ruas, apoiado inclusive pelo hoje vice-presidente Geraldo Alckmin, surgido a partir da identificação pelo Tribunal de Contas da União (o hoje ministro José Múcio votou favoravelmente a essa tese) do crime de responsabilidade, autorizado pela Câmara e aprovado pelo Senado (vários hoje ministros de Lula votaram favoravelmente a ele) e respaldado pelo Judiciário, mediante decisões colegiadas e de Lewandowski, que presidiu o processo.

Na verdade, o próprio PT não resistiu com vigor, decepcionado com a incompetência administrativa e política de Dilma e revoltado com o fato de ela não ter devolvido a Lula a condição de ser o candidato do partido à Presidência em 2014.

Ao taxá-lo como golpe, Lula comete o mesmo erro cometido por Bolsonaro: querer agradar somente à parte mais radical dos seus. É certo que, na sua última fala sobre o assunto, estava na festa de aniversário do seu partido, mas, mesmo assim, ele infelizmente está demonstrando não estar, pelo menos até agora, à altura do momento histórico que o país vive, quando se faz absolutamente necessária uma mínima reconciliação.

O momento é diverso de 2002, quando Lula venceu a eleição em função de bandeiras históricas que o seu partido defendia. Desta vez a vitória, muito mais estreita, se deu em um país rachado praticamente ao meio que precisa ser pacificado. A reconciliação a que me refiro deve começar a partir de alguns consensos e penso que o primeiro deles é o respeito ao Estado Democrático de Direito, tão ameaçado pela verborragia de Bolsonaro e pelas ações do 08 de janeiro.

Aí está o principal problema dessa retórica tosca que está sendo utilizada por Lula. Não há como alguém se dizer democrata e, ao mesmo tempo, negar a legalidade de um processo previsto e levado a efeito em absoluta conformidade com a Constituição. Chamar o impeachment de golpe é renegar o que está posto na nossa Carta Magna. Isso sim, é coisa de golpistas e não de genuínos democratas. Ao agir assim, o presidente se distancia da possibilidade de utilizar o respeito à Constituição como o primeiro consenso a ser estabelecido na busca de uma pacificação nacional.

Lula foi vítima de uma real tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro. Deveria ter aprendido o que é isso. Espero que cessem definitivamente essas falas que se constituem atos dessa ópera-bufa que apresenta a ideia de que o processo absolutamente legal e constitucional vivido pelo Brasil com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência tenha sido um golpe. Salvo se estivermos falando de um golpe de sorte.